



ConScientiae Saúde

ISSN: 1677-1028

conscientiaesaude@uninove.br

Universidade Nove de Julho

Brasil

Menon Pinto, Fausto Eduardo

Quais são os novos desafios da Psicologia neste século?

ConScientiae Saúde, vol. 4, junho-diciembre, 2005, pp. 23-31

Universidade Nove de Julho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=92900403>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Quais são os novos desafios da Psicologia neste século?

Fausto Eduardo Menon Pinto

Mestre em Educação – UNICAMP.
faustomenon@bol.com.br,
R. Nova Aliança, 164,
Novo Cambuí, CEP 13093-630,
Campinas – SP, [Brasil]

Este artigo apresenta uma discussão acerca do papel da psicologia neste novo século. Debate-se, entre muitos assuntos, a importância de procurar conhecer o dinâmico processo de funcionamento psíquico, por exemplo, por meio de novos construtos teóricos que não fragmentam o estudo da cognição e da afetividade. Dessa forma, faz-se textualmente um breve retrospecto do nascimento da Psicologia, como ciência, para depois discutir sobre a organização e funcionamento do sujeito psicológico.

Palavras-chave: Afeto. Cognição.
Funcionamento psicológico. Psicologia.



1 Introdução

O presente artigo procura levantar algumas questões a respeito do papel da Psicologia neste novo século. Para esse debate teórico, apresentam-se inicialmente algumas idéias sobre o interesse humano em procurar conhecer, pela reflexão, o mundo interno, isto é, o universo psicológico. Na sequência, debatem-se alguns aspectos referentes ao surgimento da Psicologia. No final, discute-se acerca de seu desafio que se acredita seja integrar novos conceitos para o estudo psicológico. Em relação a esse aspecto, pretende-se propor um modelo de estudo no qual se tente idealizar a afetividade e a cognição como dimensão de caráter indivisível e que estejam em convívio dinâmico.

É possível considerar que em nenhum momento se espera abordar o tema por completo e, muito menos, realizar uma discussão pormenorizada. Acredita-se que a revisão teórica deste material traga discussões ao debate acadêmico que vão ao encontro de novas formas de imaginar o funcionamento psicológico do ser humano que não sejam tão-só pela fragmentação do conhecimento em partes cada vez mais dissociadas entre si, como é o caso da cognição e da afetividade.

2 As intermináveis reflexões humanas: um debate secular

É sabido que o ser humano, no uso do intelecto, começou a refletir acerca do mundo ao seu redor e assim construiu conhecimentos sobre os mais variados objetos inanimados ou animados: conhecendo-os, então, em sua plenitude de propriedades e de valores. Possivelmente, deva-se a isso o

instante em que ele redirecionou suas vo-lições não mais para explicar a ordem mítica da realidade, mas para centrar suas atenções na capacidade de pensar racionalmente sobre o mundo a sua volta e também sobre si mesmo (DURANT, 1996; WEBER, 1908).

Em suma, repetidas vezes, nos tantos manuais acadêmicos, verifica-se que as primeiras descobertas científicas objetivaram desvendar mundos que estavam além do alcance dos mortais, por exemplo, pela observação direta de planetas longínquos. Desse modo, dado o traço peculiar de sua natureza psicológica envolta em curiosidade acerca dos fenômenos ao seu redor, o ser humano enveredou pelos liames da descoberta científica, inclusive com referência à alma humana (PINTO, 2004b).

Nessa perspectiva, no decorrer dos tempos, muitos foram os seres humanos que contribuíram para explicar a natureza dos fenômenos psicológicos. Os poetas, por exemplo, destinavam suas abstrações à esfera literária, usando, preferencialmente, uma linguagem metafórica. Os filósofos, por sua vez, apoiavam suas elucubrações intelectuais em uma reflexão pormenorizada de pensamentos e idéias, fomentando dialeticamente uma complexidade de novos julgamentos e conhecimentos. Só a título de ilustração, parece que muitos filósofos gregos se dedicavam à requintada tarefa de apreender a realidade que os cercava pela percepção experimental dela: sentiam o sabor de um alimento por meio do paladar, refletiam acerca dos pontos positivos e negativos de uma retórica e, no tato, percebiam as impurezas das diversas superfícies sólidas. Do mesmo modo, no uso das faculdades perceptivas e intelectivas, passaram a se auto-examinar, conhecendo o seu mundo interior – ou o mundo da alma.

Como comentário, em particular aos filósofos, pode-se notar que eles foram os primeiros a questionar, racional e reflexivamente, a respeito de uma infinidade de temas, de natureza tanto pública quanto subjetiva, que abrangiam o universo dos mortais. Para a reflexão, os filósofos valiam-se categoricamente da razão. E é ela que promove a base do pensamento para encontrar o conhecimento, a verdade; por isso, há muito tempo se comenta que os filósofos se propuseram ver as emoções como termos cognitivizados (SORABJI, 2000). Nesse entendimento, parece que os estados afetivos podem comprometer (afetar negativamente) a qualidade dos juízos, ou seja, implicando “[...] a famosa cegueira de paixão: o apaixonado volta toda a atenção e os ‘afetos’ para o objeto da paixão. A sua inteligência já não obedece às leis da lógica [...]” (PESSOTTI; RAMOZZI-CHIAROTTINO, 2002, p. 40). Isso significa que um ser humano em um estado de alma apaixonada não poderá trazer modificações substanciais à sua alma racional, uma vez que ela está entretida exclusivamente com o cunho da lógica, do bom senso. Portanto, uma pessoa virtuosa deveria, da melhor maneira possível, controlar suas paixões¹ na hora de meditar sobre uma temática qualquer.

Sem a menor pretensão de abandonar a visão filosófica ou a visão poética sobre a alma humana, é bom deixar claro que todas elas fazem alusão a uma visão a-científica, sobre a qual a viabilização de critérios padronizados e de experimentação não é suficiente e necessária, condizente, obviamente, com uma filosofia da ciência. De qualquer maneira, é fato que a Filosofia e a Literatura não conseguiram obter em si mesmas a explicação completa do funcionamento da alma psicológica em todas as suas qualidades, carecendo, nos anos vindouros, do aprofundamento de sua conceituação.

3 O nascimento da “ciência da alma”, a Psicologia: uma visão crítica

A história da Psicologia começa com a visão de que o ser humano seria composto de uma alma, e nessa fábula permeou a fantasia de muitos pensadores. Desde tempos remotos, por exemplo, os gregos comungavam da experiência mítica de que o homem, à noite, enquanto dormia, tinha sua alma vagando para encontrar no sonho outras almas. Dessa forma, entender-se-ia a alma como um gás volátil, sem contorno definido e vaporoso (PINTO, 2003a), compreendendo que ela remeteria uma tradução a algo imaterial, intransponível ao raciocínio humano, próximo de uma descrição com significados poético-literários.

Nos manuais introdutórios de Psicologia, costuma-se registrar aproximadamente o ano de 1880, em Leipzig (Alemanha), como o momento em que se funda o primeiro laboratório de Psicologia por Wilhelm Wundt (1832-1936). Médico de formação, Wundt concentrou suas reflexões na psicologia como ciência independente da filosofia e com fins práticos e experimentais (SCHULTZ; SCHULTZ, 1992; JESUINO, 2002). Mesmo que se tenha esse ano como referência histórica e apesar de sua brevidade científica, sabe-se que a Psicologia possui um passado longo enquanto corpo uno de conhecimento. Nessa mesma idéia, é certo supor que nenhuma ciência, assim como a própria Psicologia, origina-se com seu cabedal teórico-conceitual completo, na medida em que vão sendo incorporados saberes diversos oriundos de outras áreas do conhecimento. Por esse motivo é que se diz que a Psicologia adquiriu alguns saberes extraídos da Filosofia e das ciências apontadas, no Renascimento, como naturais:

a Física, a Biologia e a Química (NICOLAS, 2001; WERTHEIMER, 1991).

O período do Renascimento foi a época que abrigou um aumento apreciável de pesquisas e expansão do conhecimento científico: “Durante o final do século XVIII e o início do XIX foram realizadas muitas descobertas notáveis nos campos da fisiologia, física e matemática [...]” (CAMPOS, 1997, p. 16), o que pôde trazer ao cientista, por meio de experimentações sucessivas e do controle concomitante de variáveis, a decodificação de leis universais que regem os fenômenos naturais. O Renascimento possibilitou a expansão do conhecimento humano em termos de artes e ciências, culminando com a exploração substancial da anatomia e fisiologia humanas, que contribuiu para o desenvolvimento de novos pensamentos sobre o mundo que envolve o ser humano (TARNAS, 2000; LAKATOS, 1994). Nesse cenário de desenvolvimento intelectual, constata-se que foi um período em que o ser humano se apropriou do método experimental para descobrir, metodicamente, as leis que regiam a natureza.

Entende-se, por essa razão, que, desde o período do Renascimento, houve disseminação das inúmeras áreas do conhecimento (v. g., Química, Biologia, Física e Matemática), trazendo experimentações sucessivas e um real controle de variáveis, que proporcionariam a decodificação funcional das leis que regem os fenômenos naturais. A partir desse conceito, chegar-se-ia, pelos caminhos de um conhecimento puramente mecanicista e racionalista, ao universo fenomenal, restringindo os objetos a fragmentos cada vez mais distintos entre si, como numa celeuma disjuntiva (PINTO, no prelo).

Como uma crítica geral, o método experimental consistiria em isolar um corpo (objeto) em partes cada vez mais diminu-

tas, retirando dele suas funções principais, tais como a força, elasticidade, movimento, trajetória ou suas características biológicas e químicas, isto é, na visão renascentista, assistiu-se ao uso exarcebado da matemática para formular leis explicativas e sistematizadas, com equações que melhor descrevessem as características fenomenais dos objetos de estudo (PINTO, 2003a).

Nessa fragmentação do conhecimento, parece que, em se tratando de um debate acerca do funcionamento psicológico, tende-se a sublinhar que os estados afetivos, oriundos de fenômenos subjetivos da alma, estão separados da cognição e vice-versa. Falando de outra maneira, a afetividade seria aferida como uma dimensão psicológica que poderia prejudicar a qualidade do pensamento e até mesmo interferir negativamente nessa qualidade, na hora de analisar uma dada experiência pessoal ou talvez um assunto qualquer. Por essa avaliação inicial, a afetividade seria mera coadjuvante, passando a existir apenas por meio da função intelectual. Para dizer de um outro modo,

Se a afetividade sempre foi vista como aquilo que em nós sente de maneira profunda e experimenta emoções, houve tendência para considerar que ela constituía, no sujeito, uma espécie de setor à parte, em todo o caso, distinto e oposto à atividade de conhecimento [...] (DOLLE, 1993, p. 122).

Aprofundando-se nesse questionamento, fica a imagem de que:

[...] a cognição simbolizaria metaforicamente um cocheiro e a afetividade um animal feroz amarrado numa carruagem: o cocheiro (razão) deve

amansar a fera (emoção), dominá-la a um distanciamento do espírito para se realizar um juízo válido [...] (PINTO, 2004a, p. 35).

Seguindo a discussão crítica acima, a personalidade humana seria composta de uma dimensão racional que se contrapõe a uma dimensão emotiva, ou seja, não existiria uma influência mútua entre afetividade e cognição no funcionamento psíquico do ser humano. A cognição diminuiria a prevalência da afetividade ao crer-se que ela seja uma simples energia que flui em todo psiquismo, alimentando (a saber, motivando) as estruturas psíquicas, mas não que organize o funcionamento de toda a mente humana.

4 Os novos desafios da Psicologia: reflexões e apontamentos teóricos futuros

— Os homens do teu planeta – disse o príncipezinho – cultivam cinco mil rosas num mesmo jardim... e não encontram o que procuram...
[...]
— E no entanto o que eles buscam poderia ser achado numa só rosa...
[...]
— É verdade.
— Mas os olhos são cegos. É preciso buscar no coração...
(SAINT-EXUPÉRY, 1985, p. 79).

Inicialmente, acredita-se que o ser humano psicológico não seja tão-só cognitivo, ou melhor, racional, mas conjuntamente afetivo. Imagina-se que entre a cognição e a afetividade a via comunicativa esteja em

um sentido bidirecional, sem ao menos prejudicar as composições elementares de cada estrutura em si. Por esse motivo, os estados afetivos podem alterar a dinâmica do funcionamento psíquico do ser humano.

Ainda nesse questionamento, parece que se começa a questionar que a cognição e a afetividade possam estar em um convívio dinâmico no psiquismo, bastando lembrar que elas possuem dimensões psíquicas de características particulares, mas que certamente têm correspondência psicológica associativa. Como se está observando, busca-se conceber uma realidade teórico-psicológica em que se olhe o ser humano como produto dinâmico de processos intelectuais e também afetivos.

Nesses últimos anos, começam a aparecer alguns debates teóricos e estudos empíricos acerca do papel da dimensão afetiva na organização do pensamento (SOUZA, 2003; AFFONSO, 2003; MARTINS, 2003). Nesses pressupostos teóricos, tais trabalhos indicam que a organização do pensamento humano pode ser influenciada tanto pela cognição quanto pela afetividade. Como se disse, acredita-se que o grande avanço conceitual dessa visão psicológica reside no fato de que a configuração mental comporta, dialética e dinamicamente, aspectos cognitivos e afetivos. Pensando desse modo, passa-se a pressupor, se bem que de modo inicial, que a afetividade e a cognição funcionem:

[...] psicologicamente de maneira dinâmica e construtiva, como peças conjuntas de um processo único no funcionamento psicológico, sendo assim de pouco valor dividi-las em fragmentos dissociados entre si. Em cada experiência, o ser humano é cognitivo-afetivo ao mesmo tempo, estando em

proporções variáveis “mais” afetivo ou “mais” cognitivo, ou quem sabe ambas as duas somadas. Ou seja, sendo inseparáveis [...] (PINTO, 2004a, p. 109).

Com alusão a esse ponto de vista, entende-se que a afetividade passaria de uma mera energética a um *status* de suma importância no funcionamento psicológico, o que levaria, por sua vez, a padrões mais complexos de organização do raciocínio humano. Para comentar de um outro jeito, a afetividade pode influenciar o desenvolvimento de novos raciocínios:

Assim como a organização de nossos pensamentos influencia nossos sentimentos, o sentir também configura nossa forma de pensar. Com isso, o papel da afetividade deixa de ser apenas motivacional no funcionamento psíquico, assumindo um papel também organizativo [...] (ARANTES, 2000, p. 150).

Mais especificamente, a afetividade estaria unida ao domínio do íntimo e pessoal, do mundo privado e subjetivo. Em síntese, pode-se defini-la como “[...] um termo genérico que dá qualidade ao que é afetivo, que dá significado ao conjunto de afetos que sentimos em relação a nós mesmos e aos demais, à vida, à natureza etc.” (ARAÚJO, 2003, p. 156).

Dessa forma, entende-se então que:

É próprio que se inclua na discussão a figura de um ser humano que experiencie subjetivamente, e por que não dizer afetivamente, as mais variadas experiências do dia-a-dia. Ao contrário da emoção, segundo a qual traz em seu sentido um “apelo” essencialmente corporal, a afetividade é tradu-

zida pela sua real complexidade de significados que se manifestam fundamentalmente no psiquismo do ser humano [...] (PINTO, 2004a, p. 27)

No que se refere à caracterização da afetividade, pode-se sugerir que ela acolhe as reais expectativas de idealização do ser humano imerso em um complexo universo psíquico de significados simbólicos (PINTO, 2004b). Resumindo, os seres humanos são afetados pela afetividade e é por isso que

[...] a afetividade consegue englobar uma porção de estados de ânimo e, além do mais, englobando uma organização viva de significados e conteúdos psicológicos; como tristeza, amor, paixão, inveja, desesperança e outros mais [...] (PINTO, 2004a, p. 25-26).

Essa discussão parece ser muito ilustrativa, assim como assinalam outros estudos empíricos realizados na área da Psicologia Moral (ARANTES, 2000; ARAÚJO, 1998; MARTINS 2003), ao indicar que o processo de resolução de problemas constrói-se a partir da relação mútua entre os conteúdos cognitivos e afetivos, sendo os estados de ânimo (conteúdos afetivos) objetos psicológicos de capital participação no raciocínio humano. Essa proposta de estudo ajuda a entender a complexidade do raciocínio humano, se consideradas as inúmeras variáveis que podem interferir em um julgamento, sobretudo aquelas que contenham uma característica afetiva. Dessa concepção teórica, supõe-se hipoteticamente que o ser humano é idealizado como um sistema complexo e dinâmico, com correspondência dialética entre os conteúdos cognitivos e afetivos no âmbito de seu funcionamento psíquico.

Como discutido em um outro momento deste artigo, é indispensável repensar o método psicológico que se tem adotado na busca do conhecimento humano, ou seja, repensar a visão científica tradicional, enraizada nos trâmites renascentistas e procurar refletir de forma cada vez mais complexa. Entre as muitas definições, entende-se o pensamento científico complexo como aquele que consegue integrar parte e todo de uma mesma experiência, de um mesmo fenômeno. De maneira geral,

Para pensar complexamente, precisamos mudar crenças muito básicas: em vez de acreditar que vamos ter como objeto de estudo o elemento, ou o indivíduo, e que delimitá-lo muito bem precisamos passar a acreditar que estudaremos ou trabalharemos sempre com o objeto em contexto [...] Contextualizar é reintegrar o objeto no contexto, ou seja, é vê-lo existindo no sistema [...] (VASCONCELLOS, 2003, p. 111-112).

Também fica bastante claro que a complexidade seria o fenômeno paradigmático que prima fundamentalmente pelo anti-reducionismo, procurando, com isso, conceber a realidade fenomenal como um conjunto totalizante que aglutina múltiplas partes com o todo, buscando compreender os fenômenos em uma correlação dinâmica entre parte e todo. E acolher este novo rumo teórico-conceitual é separar-se cada vez mais da tradição cultivada pela ciência natural em fragmentar e reduzir a realidade fenomenal em objetos compartimentalizados (MORIN, 1995; 1996).

Seguindo esse raciocínio, é sensato presumir que o ser humano seja multitudinário, composto de uma dimensão cognitivo-

afetiva, o que permite compreender que a organização do pensamento pode ser influenciada tanto pela cognição, quanto pela afetividade. Por isso tudo, esta coabitaria psicologicamente com a cognição e em igual proveito, e teria um valor estimável na organização do raciocínio humano, entendendo-se que a afetividade pode mobilizar e coordenar funcionalmente a dinâmica subjetiva do sujeito psicológico (PINTO, 2003a; 2004a).

Por fim, a proposta básica deste item é sinalizar quais serão os eventuais caminhos teóricos de uma discussão futura mais detalhada. Em razão disso, levanta-se a hipótese de que a afetividade pode ser mais bem explorada, definindo-se não apenas como um estado puro e simples da alma humana, mas também como uma dimensão psicológica de características e formas de organização singulares.

Investindo nesse fim, em futuro próximo, as pesquisas psicológicas devem ser postas em prática para aprimorar todo esse conjunto de questionamentos, explorando novas proposições teóricas e procurando integrar novos conceitos ao debate acadêmico.

5 Considerações finais

Por toda a discussão deste artigo, é certo avaliar que, por muitos anos, o ser humano tem-se empenhado em procurar entender o seu mundo subjetivo e o de outrem. Em face desse objetivo, muitos foram os pensadores que se dispuseram a compreender o fenômeno psicológico humano. Nessa provável lista, encontram-se os filósofos, os poetas e também os psicólogos.

Apesar de tudo isso, chega-se frequentemente a enfatizar que os estados afetivos, oriundos de fenômenos subjetivos da alma, estão separados da cognição e vice-versa.

Nesse sentido, a afetividade seria aferida como uma dimensão psicológica que poderia prejudicar a qualidade do pensamento – e até interferir nela negativamente – na hora de analisar uma dada experiência pessoal ou talvez um assunto qualquer.

É bem verdade que até se pode julgar a dimensão afetiva como aquela inseparável da cognitiva e vice-versa. Para o fazer-ciência, o pesquisador fragmenta a realidade em diminutos pedaços, porém deve saber que o fenômeno estudado é móvel, dinâmico, não circula em partes isoladas – o ser humano é impreterivelmente afetivo e cognitivo em proporções variáveis (PINTO, 2003b).

Portanto, acredita-se que haja uma relação entre cognição e afetividade, em nível de estrutura, funcionamento e organização, e também possíveis interfaces com outras dimensões psicológicas, como o inconsciente, por exemplo, que será mais bem descrito em materiais futuros. Para a continuidade desse conjunto de idéias, deve-se incorporar no saber psicológico novos modelos de estudo teóricos que evitem fragmentar a alma humana em dimensões dissociadas entre si.

What are the new challenges of Psychology in this century?

This article introduces a discussion concerning the paper of Psychology in this new century. It is presented, among many other subjects, the importance of searching the dynamic process of psychic operation, for example, through new theoretical constructs that do not fragment the cognition and affectivity studies. Thus, it is textually developed a brief retrospect regarding the birth of Psychology as a Science followed

by a discussion on the organization and operation of the psychological subject.

Key words: Affection. Cognition. Psychological process. Psychology.

Notas

1. Para se ter uma idéia de como isso é deveras freqüente: “Esta excelência só pode ser alcançada quando as paixões humanas estão sob o controle da razão, que determina sua justa medida de expressão [...]” (MOSCHETA; MASSIMI, 2002, p. 23).

Referências

- AFFONSO, S. A. B. *O papel das crenças e dos valores na construção de novos conhecimentos: um estudo na perspectiva dos modelos organizadores do pensamento*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- ARANTES, V. A. *Estados de ânimo e os modelos organizadores do pensamento: um estudo exploratório sobre a resolução de conflitos morais*. 2000. Tese (Doutorado em Psicologia)–Faculdade de Psicologia, Universidade de Barcelona, Barcelona, 2000.
- ARAÚJO, U. F. de. *O sentimento de vergonha como um regulador moral*. 1998. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano)–Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- _____. A dimensão afetiva da psique humana e a educação em valores. In: ARANTES, V. A. (Org.). *Afetividade a escola: alternativas teóricas e práticas*. 1. ed. São Paulo: Summus, 2003. p. 153-169.
- CAMPOS, D. M. de S. *Psicologia e desenvolvimento humano*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- DOLLE, J-M. *Para além de Freud e Piaget: referências para novas perspectivas em psicologia*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

DURANT, W. *A história da filosofia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

JESUINO, J. C. *Psicologia*. 3. ed. Coimbra: Quimera, 2002.

LAKATOS, I. *Histoire et méthodologie des sciences. Programmes de recherche et reconstruction nationale*. 1. ed. Paris: PUF, 1994.

MARTINS, S. M. P. *Juízo e representação da ação moral: um estudo na perspectiva dos modelos organizadores do pensamento*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

_____. *O problema epistemológico da complexidade*. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1996.

MOSCHETA, M. dos S.; MASSIMI, M. Ardor em coração firme nascido: as paixões na obra de Gregório de Matos. *Cadernos de Psicologia*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 9-27, 2002.

NICOLAS, S. *Histoire de la psychologie*. 1. ed. Paris: Dunod, 2001.

PESSOTTI, I.; RAMOZZI-CHIAROTTINO, Z. Razão e emoção no pensamento contemporâneo. In: MACEDO, L. de; ASSIS, B. A. de (Org.). *Psicanálise e Pedagogia*. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 29-50.

PINTO, F. E. M. Psicologia e complexidade... um retorno ao passado em busca de um sistema integrador. *Argumento*, Jundiaí, ano 5, n. 10, p. 11-22, 2003a.

_____. Psicologia e hospital: uma reflexão sobre a cognição e a afetividade. *Revista Roteiro*, Joaçaba, v. 28, n. 1, p. 83-99, 2003b.

PINTO, F. E. M. *Por detrás dos seus olhos: a afetividade na organização do raciocínio humano*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004a.

_____. O “mundo do coração”: os (novos) rumos do estudo da afetividade na psicologia. *Revista Ciências Humanas*, Taubaté, v. 10, n. 2, p. 111-114, 2004b.

_____. A afetividade como um regulador psíquico humano. *Revista Saberes*, Jaraguá do Sul. (no prelo).

SAINT-EXUPÉRY, A. de. *O pequeno príncipe*. 1. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. *História da psicologia moderna*. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1992.

SORABJI, R. *Emotion and peace of mind: from Stoic agitation to Christian temptation (the Gifford lectures)*. 1. ed. New York: Oxford University Press, 2000.

SOUZA, L. L. de. *Modelos organizadores na resolução de conflitos morais: um estudo com adolescentes autores de infração*. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2003.

TARNAS, R. *A epopéia do pensamento ocidental: para compreender as idéias que moldaram nossa visão de mundo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

VASCONCELLOS, M. J. E. de. *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. 2. ed. Campinas: Papirus, 2003.

WEBER, A. *History of philosophy*. 1. ed. New York: Charles Scribner's Sons, 1908.

WERTHEIMER, M. *Pequena história da psicologia*. 9. ed. São Paulo: Nacional, 1991.

recebido em: 10 ago. 2004 / aprovado em: 22 fev. 2005

Para referenciar este texto:

PINTO, F. E. M. Quais são os novos desafios da Psicologia neste século? *ConScientiae Saúde*, São Paulo, v. 4, p. 23-31, 2005.